



GT 058. Processos identitários étnicos, território e tradições de conhecimento

Claudia Mura (UFAL) - Coordenador/a, Edviges Marta Ioris (Universidade Federal de Santa Catarina) - Coordenador/a, Estêvão Martins Palitot (Departamento de Ciências Sociais UFPB) - Debatedor/a, Alexandra Barbosa da Silva (UFPB) - Debatedor/a, José Mauricio Paiva Andion Arruti (UNICAMP) - Debatedor/a

Com objetivo de dar continuidade ao debate iniciado na última RBA, este GT pretende reunir pesquisas etnográficas que focam os processos identitários étnicos e territoriais, com especial atenção às dinâmicas da organização social do conhecimento que os acompanham. Procura-se alimentar o espaço de diálogo e análise sobre o gerenciamento, distribuição e hierarquização do conhecimento em diferentes contextos experienciais (históricos e políticos) que definem específicas relações de poder e de modos de significação e elaboração étnica. Nesses termos, a proposta tem como base uma abordagem gerativa e comparativa, fundamentada nos desdobramentos analíticos de Barth para uma sociologia do conhecimento que visa esclarecer as formas como a diferenciação, a alteridade, a gerada e reproduzida através de constantes fluxos culturais. Serão valiosas as contribuições provenientes de investimentos empíricos que abordam os processos de mudança (sociais, políticos e econômicas), as elaborações de cosmologias e manifestações simbólicas, bem como os quadros morais que orientam as experiências individuais e coletivas no estabelecimento e gerenciamento das relações intra e interétnicas. Também bemvindas são as contribuições que abordam as unidades sociopolíticas em diferentes escalas, como famílias e/ou linhagens, e que analisam a forma como as alianças se efetivam no tempo e espaço -extravasando ou não o nível étnico-, assim como as variações na elaboração e sistematização dos fluxos culturais.

A Vez e a Voz do Quilombo: História e Resistência de uma Comunidade Quilombola no Sertão do Rio Grande do Norte

Autoria: Sebastião Genicarlos dos Santos, Julie Antoinette Cavignac.

Estudos acadêmicos realizados por antropólogos e historiadores revisitam a história do interior do Nordeste, ressaltando a importância da resistência histórica das populações afro-brasileiras. Assim, muito embora os discursos hegemônicos tenham apagado a presença das populações de matriz africana da memória seridoense, constatou-se que a formação de uma comunidade quilombola, a Boa Vista dos Negros, localizada no Sertão do Seridó do Rio Grande do Norte, remonta à segunda metade do século XVIII e que sua povoação foi intensificada final do século XIX (CAVIGNAC, 2006; SANTOS, 2007). O grupo desenvolveu modos de sobrevivência, relações sociais e formas de sociabilidade num contexto interétnico marcado pela dominação e a desigualdade. A identidade coletiva é assentada numa história de fundação, centrada na figura de uma ancestral negra (Tereza), que teria sido acolhida ("cria" ou "criada") por um fazendeiro generoso que teria dado uma porção de terra, no estabelecimento de fronteiras étnicas e na devoção à Nossa Senhora do Rosário (CAVIGNAC, 2002, 2007; GOULART, 2016; BARTH, 1998). Até os dias atuais, o grupo permanece coeso e reivindica essas marcas identitárias. A pesquisa atual propõe entender como os quilombolas da Boa Vista dos Negros, mesmo numa situação de subalternidade, desenvolveram estratégias para garantir sua subsistência e a legitimidade da posse territorial. Para tanto, utilizo a metodologia da etnohistória, associando o work etnográfico com a pesquisa documental em arquivos cartoriais e paroquiais, numa perspectiva que alia os resultados da Antropologia com os da História; a voz dos sujeitos subalternizados é o ponto de partida



das investigações e esses são vistos como os protagonistas dos eventos históricos. A perspectiva possibilita simultaneamente a apreensão das lógicas internas, da análise das formas de organização social e das ?contradições?; por sua vez, a pesquisa histórica se propõe a revelar os aspectos que a tradição oral ocultou (WACHTEL, 2005). O que já foi verificado é que lideranças históricas conseguiram fazer a mediação entre as instâncias de poder local (políticos e igreja), os vizinhos brancos e as famílias negras, possibilitando assim a continuidade dos quilombolas no seu território tradicional.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

